

Entrevista com o Arcebispo Raymond L. Burke

POR THOMAS J. MCKENNA,

PRESIDENTE DA AÇÃO CATÓLICA PELA FÉ E FAMÍLIA

[HTTP://WWW.CATHOLICACTION.ORG/](http://www.catholicaction.org/)

Roma, 20 de Outubro de 2010)

Boa tarde. Meu nome é Thomas McKenna. Sou fundador e presidente da Ação Católica pela Fé e Família, organização inspirada por leigos católicos que visa apoiar e promover os valores da nossa fé católica.

Encontro-me hoje em aqui Roma com Sua Excelência, o Arcebispo Raymond Burke, que há poucas horas foi elevado ao Colégio Cardinalício por Sua Santidade o Papa Bento XVI. Convidei o Arcebispo Burke para conversar comigo hoje sobre uma carta pastoral que escreveu quando ainda arcebispo de St. Louis, Missouri, a respeito dos eleitores católicos e suas obrigações.

Excelência, fico muito contente de estar hoje consigo e muito honrado principalmente num dia tão especial para o senhor, em que o Santo Padre o elevou ao Colégio Cardinalício. É uma honra estar consigo hoje e quero ser o primeiro a felicitá-lo pela honraria que recebeu do Santo Padre.

AB – Muito obrigado, Thomas.

TJM – Uma das perguntas que eu gostaria de fazer, para começar, seria por que Vossa Excelência como Arcebispo naquela época de eleição concebeu a idéia de escrever uma carta pastoral sobre os católicos e a maneira como devem votar?

AB – Eu havia descoberto ao longo dos anos que muitas pessoas simplesmente estavam confusas sobre sua obrigação moral ao votarem. Muitos católicos têm a idéia de que, embora adotem certas verdades morais em sua vida privada, quando chega a hora de votar podem como que colocar essas verdades entre parênteses e votar de acordo com outros critérios. De maneira que eu queria me certificar de que os fiéis se dessem conta de que têm uma obrigação moral muito grave de votar nos candidatos que defendam a verdade da lei moral, o que, naturalmente, também redundava no maior bem da sociedade. Foi essa a principal razão pela qual escrevi a carta pastoral: expor novamente aos fiéis da Arquidiocese de Saint Louis e outros que a lessem, os princípios morais fundamentais que devem orientar-nos ao votar. Isto é de especial importância em uma república

democrática como a nossa, pois realmente colaboramos na preparação das leis e políticas de nossa nação por meio daqueles a quem elegemos. Assim, não podemos alegar, por exemplo, a respeito da existência em nossa sociedade da prática generalizada do aborto ou de uma permissão cada vez maior para os assim chamados casamentos entre pessoas do mesmo sexo, que “Nada temos a ver com isso.” Temos sim, pois elegemos para cargos públicos pessoas que permitem essas coisas em nossa sociedade. Então foi essa a principal razão pela qual escrevi a carta pastoral. (3:02)

TM – Isso é muito importante. Muito importante para o nosso tempo: Clareza. É algo que parece fazer muita falta hoje, a clareza.

AB – Não podemos fazer nada de bom se não dissermos a verdade. Há uma espécie de idéia estranha se espalhando, por onde as pessoas pensam que ainda que não sejamos claros e verdadeiros podemos de alguma forma fazer o que é bom e direito; mas isso simplesmente não funciona.

TM – O que diria V. Ex. a quem argumentasse que ao escrever carta pastoral sobre como se deve votar, um bispo estaria interferindo [no processo eleitoral] e rompendo o assim chamado pacto de separação entre Igreja e Estado em nosso país? (3:40)

AB – Bem, a única noção de separação entre Igreja e Estado em nosso país, a ser devidamente compreendida, se encontra em uma Cláusula do Estabelecimento, verdadeiro nome de parte da nossa Constituição ou de emendas à nossa Constituição; e ela significa que não temos nos Estados Unidos uma religião de Estado; esse não é um país no qual se dê um estatuto especial à fé católica ou a qualquer outra. Ao mesmo tempo, os fundadores de nosso país estavam muito interessados em promover a vida religiosa entre o povo porque entendiam que a religião inspiraria nas pessoas as mais elevadas razões para que fossem bons cidadãos e promovessem o bem do país como um todo. Portanto, é minha real obrigação enquanto bispo de exortar os fiéis a cumprirem seu dever cívico de acordo com sua fé católica. Ao mesmo tempo, naquela carta pastoral, não podia envolver-me em política e não o fiz, no sentido de tomar posição a favor de um candidato em detrimento de outro. Não, simplesmente o que fiz foi dar aos eleitores os princípios que precisam para poder decidir em quem votar. Nunca disse a ninguém que votasse num candidato ou noutro, mas apenas dei-lhes os princípios que necessitam para votar de uma maneira moralmente legítima em qualquer candidato em liça. (5:20)

TM – Certo. Excelência, acho que um dos mais graves problemas que hoje vemos, e sei que muitos políticos e outros não querem ouvir falar a respeito, é a questão do aborto em nosso país. Calcula-se oficialmente, por baixo, que até o

momento cerca de 50 milhões de bebês tenham sido mortos nos ventres de suas mães. E muita gente contorna o assunto de diferentes maneiras. Para dar-nos uma noção básica, pergunto a V. Ex.: seria lícito a um católico votar em candidato pró-aborto, em chapa abortista, ou que tenha demonstrado apoiar o aborto? Seria válido?

AB – Não. Não se pode jamais votar em alguém que favoreça absolutamente o ‘direito’ de uma mulher de destruir uma vida humana em seu seio ou de procurar um aborto. Em algumas circunstâncias em que não exista nenhum candidato que se proponha a eliminar todo e qualquer aborto, pode-se escolher o candidato que mais limite esse grave mal em nosso país; mas jamais seria justificável votar num candidato que não só não quer limitar o aborto mas entende que ele deva estar ao alcance de todos. (6:40)

TM – Não é só em nosso país, os Estados Unidos, que a questão do aborto é candente. Atualmente no Brasil, o maior país católico do mundo, onde o aborto ainda é ilegal, há um grande debate em andamento porque um dos candidatos, que representa um partido pró-aborto, fez declarações pró-aborto e os bispos católicos do país emitiram declarações, algumas incisivas, e eu gostaria de perguntar se V.Ex., que escreveu esta pastoral nos Estados Unidos em 2004, poderia dizer uma palavra aos bispos de lá, o que teria a dizer-lhes em face disto, porque este é um momento muito crucial para seu país, o qual ainda não tem aborto, e a questão da eleição pode ser decisiva? (7:28)

AB – Eu certamente os encorajaria, e em primeiro lugar os elogiaria por exercerem seu ministério como mestres da fé a respeito de um assunto fundamental. Como poderia um bispo dormir a noite se não ensinasse nem alertasse seus fiéis contra um mal tão grave quanto o aborto, que ameaça acometer a sua nação? Então, esses bispos devem ser parabenizados, pois o que estão fazendo é simplesmente exercer sua função de mestres da fé e da moral, num assunto como disse fundamental e essencial: a proteção da vida de inocentes e indefesos seres humanos. De maneira que prometo rezar por esses bispos, para que mantenham sua coragem de continuar anunciando a fé. Infelizmente, na sociedade em que vivemos é muitas vezes difícil para os bispos cumprir suas funções, pois são chamados de partidários ou objetos de outras acusações. Mas um bispo deve simplesmente perguntar-se o que a fé católica ensina sobre essa matéria e qual a melhor maneira de anunciá-la ao povo e alertá-lo para que aja conforme sua obrigação de consciência. (8:55)

TM – O que V. Ex. diria como mestre ou pastor da Igreja, a um católico que dissesse: “Acho que socialmente, ou por outras razões, quero votar no outro lado a despeito do que a Igreja diga”?

AB – Eu simplesmente lhes perguntaria: Vocês seguem a Regra de Ouro que nos foi ensinada pelo próprio Nosso Senhor nos Evangelhos? Em outras palavras, “façam aos outros aquilo que gostariam que lhes fizessem?” Vocês acham realmente justo negar o direito à vida de outros membros da sociedade, especialmente os que dependem totalmente de nós para viver, a fim de obter alguma vantagem, ainda que legítima, seja ela ambiental ou outra? Acho que se a maioria das pessoas simplesmente refletirem em termos da Regra de Ouro, elas entenderiam que o aborto nunca pode ser legítimo. Seja qual for o bem se tente obter votando num candidato que defende algo bom, mas ao mesmo tempo favorece um mal intrínseco, o grave problema do aborto, nunca se pode justificar o voto em tal candidato. Assim, eu urgiria as pessoas a considerarem nossos mais pequeninos irmãos e irmãs como membros da família de Deus que nossa sociedade nos ensina a ignorar ou mesmo a não considerar como seres humanos, mas que real e verdadeiramente o são, e fazer-lhes justiça, ou seja, o mesmo que quereríamos que nos fizessem quando nos encontrávamos, pequeninos, no ventre de nossa mãe, em fase embrionária de desenvolvimento ou a caminho do nascimento; como gostaríamos então que os eleitores votassem para proteger e salvar nossas vidas. (11:02) Read phonetically

TM – Como o senhor sabe, trava-se nesse momento, nos Estados Unidos, uma guerra [cultural] sobre o assim chamado casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um dos maiores problemas é que tal casamento está sendo apresentado aos católicos como sendo uma questão de justiça e não-discriminação, de maneira que casais do mesmo sexo estariam sendo discriminados. Percebo que isso tem afetado a muitos católicos. Seria isso discriminação como a tivemos nos primórdios do país, onde negros eram discriminados? Como comparar aquilo com o que hoje vemos? Qual seria a resposta da Igreja a isso?

AB – Há discriminação injusta, por exemplo, quando se diz que um ser humano, por causa da cor de sua pele, não é parte da mesma raça humana como seria um branco caucasiano; é um tipo de discriminação injusto e imoral. Mas há uma discriminação que é perfeitamente justa e boa, ou seja, a discriminação entre o que é certo e o que é errado. Entre aquilo que está de acordo com nossa natureza humana e que é contrário à nossa natureza humana. Assim, ao ensinar que atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo são intrinsecamente maus e contra a natureza, a Igreja Católica está simplesmente anunciando a verdade, ajudando as pessoas a discriminarem o certo do errado em suas próprias atividades. O que isso significa concretamente caso encontremos alguém que se sinta atraído por pessoas do mesmo sexo, a uma atividade sexual com pessoa do mesmo sexo? Temos absolutamente que ter compaixão. Não temos o direito de negar a dignidade humana do indivíduo que sofre esta atração, que é contra a natureza. Mas nossa

compaixão para com essa pessoa deve em primeiro lugar levar-nos a sermos honestos com ele ou ela e tentar ajudá-lo a se conscientizar de que essa atração é errada e deve-se lidar com ela da maneira como todo ser humano, sendo um ente moral, é capaz de fazer a fim de corrigir tal atração e se esforçar mais e mais para redirecionar seus afetos de forma a respeitar a Lei de Deus.

Portanto, não é de modo algum discriminação injusta simplesmente dizer “não”. Não podemos fazer bem algum a pessoas sujeitas a essa atração, inventando uma nova idéia de casamento contrário ao que Deus criou, de modo a tornar o casamento entre homem e mulher idêntico a um “casamento” entre homem e homem e mulher e mulher. Quando a gente pára para pensar a respeito, esse é o raciocínio certo. Nosso Senhor nos ilumina neste particular também através da razão, mas depois os ensinamentos da Igreja na Sagrada Escritura e na Tradição iluminam ainda mais nossa compreensão do por que a atividade [sexual] entre pessoas do mesmo sexo é errada sempre e em todos os lugares.

TM: Excelência, na carta pastoral o senhor tratou de um ponto muito importante: há personalidades públicas que votam a favor do aborto ou são contrárias aos ensinamentos da Igreja em outras matérias, porém continuam a comungar e ir à igreja e a se apresentarem como católicos. Isso causa escândalo. O senhor poderia dizer algo sobre o que é exatamente esse escândalo, qual sua gravidade?

AB: É muito grave, isso lhe digo. Porque muitas pessoas, católicos e não-católicos, passaram a crer que o ensino da Igreja Católica sobre a gravidade do aborto não deve ser muito firme ou até mesmo que está prestes a ser alterado de um modo ou doutro. Posso dar-lhe um exemplo. Em 2004 eu estava conversando com um autoridade do alto escalão em Washington que não é católico, mas é um cristão muito devoto e sincero. A certa altura, referindo-se ao Venerável Papa João Paulo II ele me perguntou – estávamos a sós nessa longa conversa – “o senhor acha que quando este Santo Padre morrer o próximo poderá mudar o ensinamento a respeito do aborto?” Fiquei realmente chocado. Respondi: “O que o leva a fazer tal pergunta? A Igreja não pode mudar sua doutrina sobre o aborto. Faz parte da lei moral natural. À Igreja compete anunciá-la mais e mais e ser fiel a ela”. Ele disse: “Bem, eu só podia achar que algo deve haver que não é muito firme, pois aposto que poderia mencionar os nomes de 70 ou 80 católicos aqui no Capitólio que votam regularmente a favor de leis abortistas.” O que é, pois, dar escândalo? Dar escândalo é fazer ou deixar de fazer algo que leve outros a ficarem confusos ou caírem em erro sobre o bem moral.

Aqui está um perfeito exemplo de escândalo: católicos que traem a fé católica na vida política, como legisladores, juízes ou o que for, levando outras

peessoas a acreditar que o aborto não deve ser o grande mal que realmente é, ou que de fato o aborto é uma coisa boa em certas circunstâncias. Hoje tornou-se mais importante do que nunca considerar a realidade do escândalo porque há uma tendência – se você disser a alguém: “Estou escandalizado com isso”, a tendência é dizer: “O problema está em você. Esta é uma boa pessoa, está fazendo aquilo que acha certo” e assim por diante, sem ligar para o que é verdadeiro e o que não o é. “Você é que cria problema para nós quando o critica”. Ora, isso não é verdade de modo algum. Quando manifestamos que algo nos causou escândalo, aconselhamos a pessoa que causou o escândalo a corrigir-se e reparar o mal que fez. Não se trata de acusar a outrem falsamente. Não se trata de introduzir discórdia ou desunião na comunidade. Trata-se na realidade de buscar os fundamentos da verdadeira unidade. Em outras palavras, a unidade na promoção do bem comum. Então essa idéia de escândalo deve realmente ser recapturada, pois tem havido escândalo quer as pessoas reconheçam ou não. Muitos têm sido enganados no que diz respeito à vida humana, e agora vemos a mesma coisa particularmente no que diz respeito a uniões de pessoas do mesmo sexo.

TM: Quando um homem público católico dá escândalo dessa forma e finalmente se dá conta disso, que tipo de reparação ou mudança de vida deve fazer para compensar o mal causado pelo escândalo no mundo de hoje?

AB: Em primeiro lugar, deve haver uma genuína reforma do coração. Isso se faz através do sacramento da Penitência, por meio da satisfação ou penitência atribuída no sacramento. Mas é preciso reconhecer que, tratando-se de uma figura pública que tenha promovido algo muito mau de maneira pública, ela deve renunciar também publicamente ao erro que cometeu e ao qual estava levando outras pessoas. Então, para mim, a única coisa adequada é que essa figura pública diga: “Eu estava errado e agora entendo a verdade sobre a vida humana. E lamento profundamente o que fiz.” Por exemplo, no campo da medicina, alguém como Bernard Nathanson, que foi grande promotor do aborto provocado e depois se emendou, reconheceu o erro e passou a escrever livros e dar palestras para tentar reparar as muitas e muitas vidas para cujo assassinato serviu de instrumento.

Lembro-me muito bem de ouvir um médico falar, quando eu era bispo de Lacrosse. Ele fez abortos durante 14 anos. E finalmente acabou percebendo o mal do aborto. Como isso se deu? Ele e sua esposa tinham uma filhinha de 5 anos. Um dia, ela atravessou a rua correndo para brincar com seu amigo do outro lado. Não olhou para os dois lados e foi atingida por um carro. E infelizmente, faleceu. Ele disse que o fato não o agrediu naquele exato momento. Claro que ele e a esposa ficaram terrivelmente tristes. Fizeram o enterro e eventualmente ele voltou ao trabalho. Conta ele que, ao voltar ao consultório para fazer abortos, uma luz se acendeu e ele finalmente entendeu: “Eu aqui chorando a morte de minha

filhinha...” E com isso parou de fazer abortos. Passou então a dedicar sua vida -- isso foi há alguns anos, e tenho certeza de que continua -- andando por aí falando com vários grupos de pessoas, especialmente jovens, sobre o mal do aborto e procurando fazer reparação nesse sentido. É sua maneira de declarar abertamente seu erro e profundo pesar por todas as vidas humanas que ceifou.

TM: É uma história muito comovente, Excelência. Para mim, ela mostra como Deus dá graça suficiente para a pessoa se converter.

AB: Dá mesmo. É notável. Você se pergunta: “Como pode alguém ser perdoado por cometer aborto?” Mas Deus nos perdoa. Sua misericórdia é incomensurável, e em seguida nos leva a fazer a reparação que nós humanamente precisamos fazer para reparar o mal praticado e atrair as pessoas para o bem.

TM: Quero agradecer-lhe por seu tempo e por compartilhar sua visão e inspiração sobre a importância dos católicos votarem e como isso pode afetar a nossa vida, tanto civil quanto espiritual. Gostaria de perguntar se o senhor gostaria de dizer uma palavra final aos nossos concidadãos?

AB: Em primeiro lugar quero agradecer-lhe por todo o trabalho que sua organização está fazendo para promover o bem comum em nossa nação. Em segundo lugar, desejo convidar todos os nossos ouvintes a invocar de modo particular a intercessão de Nossa Senhora de Guadalupe. Ela foi-nos dada como Mãe da América. Ela é nossa Mãe. Ela é a Mãe de Jesus Nosso Senhor, mas nossa Mãe de modo muito particular. Apareceu em nosso continente em 1531 e mostrou-se protetora de toda vida humana. Rezemos muito especialmente sob sua intercessão, unindo nossos corações ao seu Coração Imaculado, para pedir o fim do aborto e de todos os ataques à família, especialmente a promoção de uniões do mesmo sexo. Estejamos confiantes de que Nosso Senhor vai ouvir nossa oração. Pelos nossos débeis esforços e orações, obteremos para os nossos irmãos e irmãs o dom do amor e da misericórdia de Deus.

TM: Muito obrigado. Novamente, parabéns por sua elevação ao cardinalato.

AB: Obrigado. Deus lhe abençoe.